

O JORNALISMO CIENTÍFICO NA BAHIA

A EXPERIÊNCIA DA SEÇÃO “*OBSERVATÓRIO*” DO JORNAL A TARDE.

Márcia Rocha, marcia-rocha@uol.com.br, jornalista da TVE Bahia, Mestre em Cultura e Sociedade/FACOM/UFBA, Salvador, Bahia, Brasil.

Simone Bortoliero, bortolie@ufba.br, professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia/UFBA, Doutora em Comunicação Científica e Tecnológica/UMESP-SP, Salvador, Bahia, Brasil.

Resumo: Este artigo faz uma análise do jornalismo científico na Bahia, enquanto modalidade de divulgação científica, a partir da experiência da seção *Observatório* do Jornal A Tarde, no período de agosto de 2005 a julho de 2006. A metodologia consistiu numa abordagem quantitativa, além de uma análise qualitativa com o objetivo de conhecer o processamento das notícias nos bastidores da Seção, a visão dos jornalistas sobre C & T e verificar, até que ponto, esse entendimento se reproduziu nas páginas do maior jornal baiano. Apresenta teoricamente uma breve revisão do conceito de cultura científica.

Palavras-chave: Jornalismo Científico na Bahia, Jornal A Tarde, Cultura Científica.

Introdução

A popularização da ciência é um tema que deve acompanhar o crescimento da produção científica no Brasil, na mesma velocidade que se faz necessário conscientizar as pessoas sobre os impactos da ciência e da tecnologia em suas vidas. Mais do que divulgar benefícios ou malefícios dos produtos tecnocientíficos¹, é preciso contribuir para a cultura científica de um cidadão, que seja capaz de tomar decisões por conta própria e cobrar o acesso às melhorias prometidas e possíveis com a ciência aplicada.

Na Bahia, estado da região nordeste onde muitos progressos da ciência continuam distantes de pelo menos sete milhões de cidadãos, cerca de 51% da população baiana que vive abaixo da linha de pobreza, com rendimento inferior a meio salário mínimo per capita², não tem acesso direto a esse debate. Embora o fomento à pesquisa tenha se tornando uma

¹ O termo tecnociência surge da amálgama entre ciência e tecnologia em seu desenvolvimento histórico. Discute-se hoje que não só a ciência oferece o conhecimento teórico para a aplicação tecnológica, mas também a tecnologia serve de instrumento para as experimentações científicas. Essa interligação nos remete a um debate sobre os rumos do desenvolvimento da tecnociência e sua contribuição social. As pesquisadoras Márcia Teixeira e Bianca Cortes analisam a tecnociência enquanto força produtiva da sociedade capitalista industrial na revista *Ciência e Cultura*, da SPBC, nº1, jan-fev-mar de 2005, p.24-25. Ler mais sobre a prática social da ciência em Boaventura Sousa Santos (org.) – *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo. Cortez, 2004.

² Dados disponíveis em www.ibge.gov.br. Síntese de indicadores sociais do IBGE de 2007.

política de Estado há seis anos, com a implantação da FAPESB -Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – as ações de divulgação científica ainda estão limitadas a alguns espaços e eventos científicos, como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia que vem se realizando desde 2004, através de uma iniciativa do Ministério da C&T e Inovação. Outras iniciativas foram implementadas na Universidade Federal da Bahia como a formação de grupos de pesquisa em jornalismo científico e qualificação na formação de pesquisadores nesta linha com apoio de bolsas de Iniciação Científica, bem como o ingresso de alunos(as) em nível da Pós-Graduação com a formação de mestres e doutores.³

Na graduação, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o estado da Bahia tem a maior população fora do ensino superior, na faixa etária entre 18 e 24 anos e as iniciativas como as oriundas do sistema de cotas nas universidades públicas, estão possibilitando de forma concreta o acesso de jovens afro-descendentes, índios e alunos de escolas públicas ao ensino superior. São tentativas para amenizar essa grave situação educacional. Portanto, ao falarmos das experiências de divulgação científica na Bahia, não podemos nos esquecer da exclusão educacional e foi com esse intuito de relacionar Jornalismo Científico com Educação para as Ciências, que em 2004 foi realizado em Salvador o VIII Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico, pela primeira vez na região nordeste com apoio da ABJC, UFBA, FAPESB, Ministério da C&T e CNPq. A perspectiva era despertar os profissionais dos meios de comunicação local e regional para temas de ciência e tecnologia, já que havia poucos relatos de páginas ou cadernos nos jornais impressos, programas de rádio ou de televisão. Ou seja, os meios locais tratavam de ciência e tecnologia de forma esporádica e em diferentes editorias.

Mas foi somente em 2005 que verificamos uma abordagem sistematizada de jornalismo científico no maior jornal baiano. A experiência foi realizada pelo Jornal A Tarde, que criou uma seção intitulada *Observatório* com duas páginas dedicadas a divulgação científica, veiculadas semanalmente, de 2005 a 2007.⁴ Neste artigo apresentamos uma análise do jornalismo científico praticado na Seção *Observatório* e constatamos que a seção, destinada à divulgação científica, durou apenas um ano e sete meses e apesar de ter sido uma importante iniciativa no sentido de tornar público os assuntos de ciência e tecnologia, revelou a fragilidade do jornalismo científico nas redações da Bahia, que ainda não conta com profissionais e editorias especializadas, não prioriza as pesquisas locais e regionais (mesmo tendo o estado da Bahia um total de 04 universidades públicas estaduais e 02 universidades públicas federais) em detrimento do que acontece em instituições de outras regiões brasileiras e ainda se propõe a divulgar informações em sua maioria, com a participação de fontes externas nacionais e internacionais.

Objetivos

O objetivo da pesquisa foi compreender o processamento da informação nos bastidores do *Observatório* e perceber até que ponto as visões pessoais dos jornalistas sobre C & T se refletiram na produção noticiosa.

³ Dados dos Grupos de Pesquisas em Jornalismo Científico e Ambiental e Ciência e Cultura podem ser encontrados em www.cnpq.br, grupos de pesquisa sob coordenação da Prof^a Dr^a Simone Terezinha Bortoliero.

⁴ Essa experiência se tornou objeto de investigação da dissertação de mestrado “Ciência e Mídia: a divulgação científica na seção Observatório do Jornal A Tarde no estado da Bahia”, defendida junto a Pós -Graduação em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Aspectos Metodológicos

Este estudo envolveu, além de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre cultura científica; divulgação científica; jornalismo científico e jornalismo e saúde, o levantamento quantitativo dos textos publicados em 50 edições do primeiro ano do *Observatório*, entre agosto de 2005 e julho de 2006. Estes dados subsidiaram a pesquisa qualitativa realizada através de entrevistas com os dois jornalistas que atuaram na cobertura de C & T da Seção. O inventário dos textos produzidos permitiu identificar os temas abordados no noticiário, como: a origem das fontes, o foco geográfico, os gêneros jornalísticos mais utilizados e os assuntos do *Observatório* que foram destaque na primeira página do jornal. Os dados qualitativos, ou seja, as concepções dos jornalistas entrevistados foram interpretados e categorizados para análise em cinco eixos temáticos: 1) as concepções de saúde e doença, 2) as concepções de ciência e tecnologia, 3) a divulgação científica no *Observatório*, 4) as relações conflituosas entre jornalistas e cientistas, 5) a rotina produtiva e o fator tempo.

De acordo com Bogdan e Biklen, “o objetivo dos investigadores qualitativos é o de melhor compreender o comportamento e a experiência humana. Tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem esses mesmos significados”. (BOGDAN;BIKLEN,1994:70) Nesta fase da pesquisa, o nosso objetivo era entender o processamento da notícia de ciência e tecnologia publicada no *Observatório* e quais os critérios que fundamentam o trabalho dos jornalistas. As informações foram recolhidas em contato direto com os profissionais no ambiente do jornal A Tarde e também por e-mail. As entrevistas foram gravadas, transcritas e entregues aos sujeitos entrevistados para serem autorizadas.

Diferente da rotina do jornalista, o interesse da investigação qualitativa está no processo e não nos resultados ou produtos. Como os jornalistas definem as pautas do *Observatório*? Quais os critérios de relevância utilizados para publicação das matérias? Como as notícias chegam à editoria do *Observatório*? Como o jornalista acessa as fontes? Os dados dessa investigação qualitativa vieram através das transcrições das entrevistas e das observações da pesquisadora durante os depoimentos.

É importante ressaltar que o papel do pesquisador não é julgar as opiniões dos entrevistados, mas compreender aquilo que expressam e o que os levam a determinadas posturas. Essa é uma premissa básica para superar conflitos de valores e evitar que o processo cumulativo característico da entrevista qualitativa seja interrompido. Bogdan e Biklen orientam aos pesquisadores a ter paciência para ouvir, flexibilidade e humildade no processo de entrevista. “Os entrevistadores têm de ser detetives, reunindo partes de conversas, histórias pessoais e experiências, numa tentativa de compreender a perspectiva pessoal do sujeito”. (BOGDAN;BIKLEN;1994:139)

Diante das revelações dos jornalistas, especialmente nos eixos temáticos sobre divulgação científica no *Observatório* e a rotina produtiva, sentimos a necessidade de esclarecer algumas questões com a direção do jornal A Tarde e também com a então assessora de imprensa da Universidade Federal da Bahia, que teve o seu lugar de fala como profissional da comunicação da maior instituição de pesquisa da Bahia.

A partir da compreensão do processamento da informação no *Observatório* e da visão dos jornalistas sobre ciência e tecnologia, buscamos esclarecer até que ponto a cultura

científica dos jornalistas do *Observatório* se reproduziu nas páginas do maior jornal impresso da Bahia e em que medida a rotina produtiva dos profissionais limitou o resultado do trabalho.

Aspectos Teóricos

No processo de difusão da ciência e sua interação com o público não especializado, o termo divulgação científica é o mais usado no Brasil, embora outras expressões apareçam em vários estudos sobre o assunto, como vulgarização científica, popularização da ciência e comunicação pública em ciência, muitas vezes entendidos como sinônimos na prática, embora tenham suas próprias definições conceituais. Convém esclarecer que a difusão científica é um conceito mais abrangente, que se destina tanto aos especialistas - neste caso chamado de disseminação científica⁵ - quanto ao público leigo. Dessa forma, “a difusão pode ser pensada em pelo menos dois níveis, segundo a linguagem em que as informações são escritas e segundo o público a que estas se destinam: 1) difusão para especialistas e 2) difusão para o público em geral. No primeiro caso a difusão confunde-se com a disseminação da ciência e da tecnologia; no segundo, refere-se exatamente, a divulgação científica” (BUENO, 1988:22)

Na reflexão sobre a necessidade de tornar público e compreensível o conhecimento científico, o conceito de cultura científica é o mais emergente. Tomamos como referência uma definição de cultura científica como algo que vai além da alfabetização científica, de uma compreensão mínima do indivíduo sobre ciência e tecnologia ou de um vocabulário de termos científicos. Mas antes faremos um breve esclarecimento sobre a noção tradicional de alfabetização científica relacionada a uma questão cognitiva, que foi a base do chamado modelo de déficit, onde o indivíduo teria que ter um glossário na memória, reunindo fatos, conceitos e termos básicos, como átomo e gene.

Hirsch⁶, autor de um bestseller de 1987 chamado ‘Alfabetização Cultural: o que todo americano precisa saber’, relacionou cinco mil conceitos, datas, nomes e expressões considerados essenciais. A pergunta é: quantos de nós seríamos capazes de absorver tudo isso? Esta abordagem da cultura científica baseada no ‘modelo da deficiência’ ou ‘modelo do déficit’, é questionada por autores, como Vogt e Sabbatini, que defendem uma visão mais ampla da cultura científica, contextualizada com o cotidiano e suas implicações

Marcelo Sabbatini, se valendo da proposta de Miller, explica as três dimensões da alfabetização científica para que as pessoas possam atuar como cidadãos e consumidores de tecnologia:

“A primeira consiste de um vocabulário básico de conceitos científicos, suficientes para que possa ser percebida a existência de visões contrapostas em uma notícia de jornal ou artigo em revista. Trata-se de um ‘vocabulário científico mínimo’, incluindo termos básicos como ‘átomo’, ‘molécula’, ‘célula’, ‘gene’, ‘gravidade’, ‘radiação’. Em segundo lugar, uma compreensão da natureza do método científico, permitindo a distinção entre

⁵ A disseminação científica é a transmissão de informações científicas e tecnológicas a um público de especialistas, através de um código especializado. Ela pode ser feita intrapares – entre especialistas de uma mesma área ou áreas afins – ou extrapares, entre especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

⁶ HIRSCH, E.D. Jr. citado in: MASSARANI, Luísa. Tese de doutorado “Admirável mundo novo. A ciência, os cientistas e a dupla hélice sob o olhar de estudantes”, defendida em 2001, no Instituto de Ciências Biomédicas as UFRJ.

ciência e pseudociência e o acompanhamento de controvérsias científicas. E por último, uma compreensão sobre o impacto da ciência e a tecnologia sobre os indivíduos e sobre a sociedade”. (MILLER, apud. SABBATINI, 2004.v.1. N°1. Revista Ciência e Comunicação)

Na sua concepção, Sabbatini ressalta a limitação do caráter individual da alfabetização científica e nos propõe uma compreensão mais ampla, contextualizada com o nosso cotidiano, o uso social do conhecimento e suas aplicações tecnológicas, permitindo a participação efetiva do cidadão. “Propõe-se falar do nível de cientificidade da cultura de uma sociedade, quer dizer, em que medida as instituições científicas, seus conteúdos, práticas, processos e discursos se encontram refletidos na sociedade”. (SABBATINI, 2004:) Deve-se pensar, portanto, na distância entre o desenvolvimento científico e tecnológico e o acesso da população, bem como o nível de educação nas regiões pobres do mundo.

Para Carlos Vogt, a expressão cultura científica engloba, não só o fenômeno da divulgação científica e inserção dos temas de ciência e tecnologia nas atividades cotidianas da sociedade, mas amplia a percepção crítica sobre o processo cultural presente na produção do conhecimento, na difusão entre pares, no ensino e na divulgação, para estabelecer “relações críticas necessárias entre o cidadão e os valores culturais, de seu tempo e de sua história”. A dinâmica da cultura científica é comparada por Vogt ao movimento de uma espiral, dividida em quatro partes e onde a divulgação da ciência, os jornalistas e cientistas são os destinadores e o cidadão o principal destinatário. Aqui estão relacionados os instrumentos de divulgação científica, como as editorias especializadas em ciência e tecnologia dos jornais, as revistas de divulgação científica, programas de rádio e televisão, entre outros.

Mas o que é ser culto cientificamente? O conceito de cultura científica não tem uma definição consolidada, o que dificulta uma resposta a esta pergunta. Não há consenso nem uma forma de mensurar a cultura científica. Mas é certo que a formação da cultura científica do cidadão é, antes de tudo, um direito de acesso à informação de ciência e tecnologia. E desta forma avaliar a cultura científica nas redações dos veículos de comunicação do país não é uma tarefa nada fácil. Porque teríamos que avaliar a educação, as instituições governamentais, a estrutura da imprensa e a própria sociedade civil organizada, e também as formas de organização da própria comunidade científica e que na Bahia está pouco acostumada a dialogar com o público em geral.

A concepção de ciência nas sociedades ocidentais tem se modificado nos últimos anos, graças às pesquisas realizadas nas áreas da sociologia, antropologia, filosofia e história da ciência. Já há consenso de que a atividade científica não se restringe a um único observador, mas é o resultado da interação de diferentes grupos sociais, campos, áreas de conhecimento e contextos diversos. Zamboni, citando Ziman, fala da ciência como um empreendimento corporativo. “Vê com seus próprios olhos e com os de seus predecessores e colegas. Nunca se trata de um único indivíduo que passa sozinho por todas as etapas da cadeia lógico-indutiva, e sim de um grupo de indivíduos que partilham entre si o trabalho, mas fiscalizam e zelosamente as contribuições de cada um”(ZIMAN apud ZAMBONI, 2001: 33).

Tomando como referência a investigação de Latour e Woolgar sobre o modo de organização do trabalho na rotina de um laboratório americano, Zamboni afirma que “está na produção e principalmente na publicação de papers a condição de legitimidade e a

atribuição de autoridade da enunciação científica”. (ZAMBONI, 2001:33) Nesta comunidade, a publicação científica está intrínseca à atividade e quanto mais se publica, mais valor e prestígio ganha o cientista.

“...as publicações e as reuniões são instrumentos fundamentais para mediar as relações que se efetuam no seio da irmandade científica. Ambos constituem fóruns privilegiados para anunciar resultados, receber contribuições, ouvir críticas, submeter a julgamento, enfim, dar continuidade ao processo evolutivo do conhecimento”. (ZAMBONI, 2001: 34).

Não faz parte dos nossos propósitos aprofundar nas rotinas dos cientistas, mas esta breve abordagem serve para nos mostrar a importância da circularidade das informações sobre os novos fatos científicos, para que sejam aceitos através do convencimento de uma maioria até chegar ao conhecimento do público em geral. Zamboni se utiliza a definição de Ziman sobre a ciência para distinguir a diferença entre informações publicadas e conhecimento público na ação de fazer ciência. “Qualquer pessoa pode fazer uma observação, ou criar uma hipótese, e se ela dispuser de recursos financeiros poderá mandar imprimir e distribuir o seu trabalho para que outras pessoas o leiam. O conhecimento científico é mais do que isso. Seus fatos e teorias têm de passar por um crivo, por uma fase de análises críticas e de provas...”(ZIMAN, apud ZAMBONI, 2001: 34)

E é a partir desse momento que a transmissão dos saberes ao público não especializado se materializa em uma barreira diante do cidadão, por vários motivos básicos, entre eles: a falta de acesso ao ensino formal, ou seja, a uma educação científica de qualidade que impede o cidadão de entender sobre os assuntos científicos, a falta de compreensão dos cientistas e a má formação de nossos jornalistas no nordeste do país.

Se quisermos enxergar a ciência enquanto prática social, é preciso repensar a cultura dentro da comunidade científica. Levy-Leblond chama o pesquisador à responsabilidade de contribuir para a compreensão pública da ciência, dando a oportunidade ao cidadão de participar das escolhas científicas e tecnológicas. “O problema não está apenas em compartilhar o conhecimento, mas, em primeiro lugar, em compartilhar o poder” (LEBLOND, 2006:31)

Seguindo o raciocínio de Leblond, o cientista não é um ser ungido pelos deuses, detentor de um conhecimento distante do público ignorante ou dito leigo. Para ele, o pesquisador também tem um conhecimento limitado do que produz e do seu contexto social e deve se conscientizar disso. Não é a negação do problema da falta de compreensão pública da ciência, mas uma proposta de abordagem mais crítica, partindo do pressuposto de que a ignorância não é absoluta. A verdade científica também não.

“Nós, cientistas, não somos basicamente diferentes do público, salvo no campo bem delimitado da nossa especialização. Diante de problemas como a manipulação genética ou a clonagem, por exemplo, sinto-me exatamente – ou quase exatamente – na mesma posição do leigo. Mesmo no campo da energia nuclear, se por um lado minha competência, na condição de físico, me permite obviamente avaliar os perigos da radioatividade, por outro, ela não lança nenhuma luz sobre os riscos que as usinas nucleares acarretam..” (LEBLOND, 2006:32)

Leblond critica a tese de Snow sobre a existência de duas culturas, argumentando que a cultura é “una e indivisível” (LEBLOND, 2006:33). Depois de quase quatro séculos de história, a ciência evoluiu tanto no século atual que ganhou autonomia e se afastou da cultura.

“ O problema é muito mais grave do que o acarretado por uma simples busca de meios mais eficazes para a difusão de uma cultura científica, suposto apanágio dos cientistas e que precisa apenas ser transmitida ao público leigo. O problema está na (re)inserção da ciência na cultura e isso requer uma profunda mudança do próprio modo de fazer ciência”. (LEBLOND, 2006:33)

O questionamento dos modelos baseados no estudo da ciência contemporânea é um dos indicadores apontados por Leblond para a rediscussão dos modos de fazer a ciência. Exemplo disso são as disciplinas consideradas obsoletas, que voltam às áreas de interesse das pesquisas, como a mecânica de fluidos e a física quântica. Nesta provocação de debate, Leblond destaca ainda a qualidade inferior da pesquisa de hoje em relação ao passado nos quesitos metodológicos e conceituais, a interface entre o mundo científico e a sociedade, a disputa entre as hard sciences e as ciências sociais e humanas, além das promessas não cumpridas pelos cientistas.

“...é interessante analisar o que a física prometia nos anos 1950 e 1960, para depois traçar um paralelo entre as declarações feitas então pelos físicos e as feitas hoje pelos biólogos. Prometíamos que a energia nuclear forneceria eletricidade gratuita para todos...Portanto, é aconselhável certa cautela ao falar das tão propaladas perspectivas futuras das terapias genéticas e outros milagres da bioengenharia...É uma atitude muito irrefletida a dos cientistas, quando se queixam de que o público não compreende a ciência, reage mal às inovações e mostra temores irracionais...”. (LEBLOND, 2006 :40).

Essa opinião de Leblond reforça a necessidade que ele vê de mudar a prática profissional do cientista, que deve deixar de se projetar apenas como produtor de conhecimento e voltar às raízes do passado, quando os chamados “acadêmicos”, se imbuíam não só da tarefa de pesquisar, mas também de ensinar, difundir e buscar aplicação para os novos conhecimentos. Uma mudança que começa pela formação do pesquisador, a partir da sua compreensão sobre a história da ciência, da filosofia e da sociologia nela presentes, bem como de uma visão mais ampla da atividade científica enquanto prática social numa democracia.

Verificamos aqui que as verdades científicas são relativas. O que antes poderia ser uma certeza, hoje pode não ser mais. Também nos mostra Leblond que a falta de conhecimento é relativa, tanto para os cientistas quanto para os não cientistas. Diante das mudanças inerentes aos processos da atividade científica, fica difícil definir uma lista de conceitos que o cidadão precisaria saber, sem levar em conta questões pessoais, crenças, valores, o contexto histórico, geográfico e social. Não podemos levar um conteúdo de informações de ciência e tecnologia ao marisqueiro na Ilha de Itaparica, na Baía de Todos os Santos, do mesmo jeito que levaríamos para o trabalhador rural do semi-árido baiano ou da região sul

do país. Essa diversidade de realidades nos leva a crer que não basta saber definir conceitos ou termos científicos básicos, embora eles sejam também importantes, é necessário compreender a sua aplicação, como eles estão presentes no cotidiano e quais são as suas implicações.

Certamente, este é um dos desafios a ser enfrentados pelos atores que compõem os quadrantes da espiral da cultura científica apresentada por Vogt, que atribui à divulgação da ciência, a tarefa-fim de todo o ciclo: estimular, através do acesso às informações científicas e tecnológicas, a participação ativa do cidadão, especialmente daqueles ainda excluídos do progresso e dos seus benefícios. Como afirma Leblond,

“...o objetivo da divulgação científica não pode mais ser pensado em termos de transmissão do conhecimento científico dos especialistas para os leigos; ao contrário, seu objetivo deve ser trabalhar para que todos os membros da nossa sociedade passem a ter uma melhor compreensão, não só dos resultados da pesquisa científica, mas da própria natureza da atividade científica. A perspectiva mais distante, ainda que neste momento possa parecer utópica, é mudar a ciência de forma que ela possa finalmente diluir-se na democracia”. (LEBLOND, 2006:43).

Resultados – análise dos dados

Do ponto de vista quantitativo, o jornalismo científico praticado na seção *Observatório* do Jornal A Tarde na Bahia, se identifica com o padrão nacional já discutido em diversas pesquisas na área. As semelhanças surgem logo nas primeiras constatações que indicam que a temática de maior divulgação se concentra na área de saúde, desvirtuando-se de sua proposta original que era garantir às diferentes áreas do conhecimento uma “mesma medida”. Dos 117 textos catalogados, entre reportagens, entrevistas e artigos, 75 se referiam à saúde. Verificamos que essa tendência se impôs pela política editorial da empresa, apontando a saúde como um tema que atrai leitores. Também houve uma forte presença de textos oriundos de agências de notícias e centros de pesquisa nacionais e estrangeiros. A reportagem foi o gênero jornalístico mais utilizado, presente em 102 textos. No período estudado, nenhum assunto do Observatório foi manchete da primeira página do jornal. Os assuntos da seção só apareciam em pequenas chamadas na capa.

Na classificação geral dos textos por categoria, depois da saúde, os assuntos ligados às ciências humanas apareceram em 16 textos, pulverizados em diferentes áreas. A temática Ciência Exatas e da Terra ficou em terceiro lugar, com 12 textos, seguida de meio ambiente, com nove textos – sete deles sobre aquecimento global- e na última posição, os assuntos referentes a financiamento e pesquisa em C & T, com cinco textos.

Mas quando analisamos as entrevistas realizadas verificamos que as concepções de saúde e doença dos jornalistas do Observatório reforçam o conceito de saúde predominante na cultura ocidental, associado à ausência de doenças. É o que Laplantine⁷ chama de modelo exógeno, onde a doença tem origem num agente externo, como os vírus, as condições ambientais e sociais. Essa relação de exterioridade da pessoa com a sua doença está presente na produção noticiosa do Observatório, voltada para a divulgação de aspectos preventivos, mostrando as causas das doenças, sintomas, conseqüências e formas de

⁷ BORTOLIERO, Simone. Os programas de saúde na TV Cultura de São Paulo: os saberes profissionais. 1999. Tese de doutorado – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, p.68-70.

tratamento. Dos 75 textos classificados na categoria saúde, 32 tratavam sobre doenças, 10 deles sobre o câncer, a doença mais citada em suas diferentes manifestações. As tecnologias de saúde (célula-tronco, sexagem, pílula do dia seguinte, técnicas cirúrgicas, etc) ficaram em segundo lugar em abordagem, com 16 textos e os 27 restantes foram distribuídos em temáticas ligadas ao bem-estar e qualidade de vida, comportamento, defesa do consumidor e outros.

As concepções de ciência e tecnologia dos jornalistas de um modo geral são positivas, destacando a importância e a utilidade do conhecimento científico. Uma percepção que acompanha a visão otimista dos brasileiros entrevistados na pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia em 2006: 46% acham que a ciência e a tecnologia trazem mais benefícios do que malefícios, enquanto 28% só vêem benefícios. Os jornalistas demonstram o compromisso social com o acesso da população aos benefícios da ciência e a necessidade de divulgar a ciência em outros campos fora da saúde. Porém, essa visão não é compartilhada na redação, nem com a direção do jornal, cuja linha editorial prioriza a saúde em detrimento de outros campos de pesquisa. Apenas 16 dos 117 textos categorizados nesta análise se referem às ciências humanas, ou seja, 13,67% de participação.

A facilidade de acesso às fontes e pesquisas da área de saúde, principalmente através de releases de instituições da região sudeste do país e de agências de notícias nacionais e internacionais, contribuiu para a predominância de fontes externas na seção. Ao mesmo tempo, aponta a dificuldade de interação entre os jornalistas com as fontes de pesquisa locais. Do total de 117 textos, 36 só usaram fontes locais, 54 só fontes externas e 27 utilizaram fontes locais e externas. As fontes externas (nacionais e estrangeiras) apareceram em 81 textos, enquanto as fontes locais estavam presentes em 63 textos. As fontes externas estrangeiras participaram de 44 textos, 22 deles com fontes oriundas dos Estados Unidos, seguidos da França (7), Grã-Bretanha (5), Austrália (3), Espanha e Canadá (2 cada), Grécia, China e Itália (1cada).

Lílian Zamboni analisa a divulgação científica como uma atividade de reformulação discursiva, que exige do divulgador muito mais do que uma mera tradução. Assim, o jornalista, enquanto divulgador, não deve apenas repetir informações ou reproduzir o discurso de um especialista, mas questionar, mostrar diferentes visões sobre o assunto que permitam ao apreciador (leitor/ouvinte/telespectador) fazer o seu juízo de valor a partir das informações que recebe.

Nesse sentido, a produção do Observatório seguiu a tendência geral da imprensa na cobertura dos assuntos de ciência, sem contestações aos resultados apresentados. Os dados de pesquisas internacionais foram utilizados nos textos e serviram de gancho para reportagens com fontes externas e locais. No caso do material de agências de notícias, a possibilidade de confronto se tornou inviável com a publicação de textos com uma única fonte, geralmente com o intuito de dar visibilidade às instituições e aos seus pesquisadores. Foram publicados 38 textos, entre reportagens e entrevistas, produzidas pelas agências de notícias, e mais quatro textos com informações de instituições e pesquisadores internacionais sem identificação de autoria.

Um dos aspectos positivos nas reportagens realizadas pelos jornalistas do Observatório foi a preocupação com a diversidade de fontes e com o uso de recursos didáticos para facilitar a compreensão do leitor, como as infográficas, glossários e quadro de serviços. Na maioria das reportagens feitas localmente, verificamos o interesse em estimular comportamentos preventivos, com relatos de experiências individuais e várias fontes.

As tecnologias de saúde e outros produtos da ciência não foram priorizados no conteúdo da seção. Mesmo assim, a indústria farmacêutica apareceu travestida no discurso médico-científico, principalmente através dos textos das agências de notícias. Em algumas abordagens percebemos a reprodução de discursos que favorecem interesses das fontes e um distanciamento do contexto local. São “sintomas de uma doença anunciada”, que, segundo Wilson Bueno, se gravam com a parceria da ciência com grupos empresariais poderosos e a falta de preparo dos profissionais, muitas vezes usados como ‘isca’ através dos releases.

Para Bueno,

*[...] “podemos definir a prática brasileira de comunicação para a saúde a partir de uma série de parâmetros, como a descontextualização, a centralização do foco na doença, a visão preconceituosa das terapias e medicinas alternativas, a ideologia da tecnificação, a legitimação do discurso da competência e a espetacularização da cobertura na área médica”.*⁸

Uma reportagem, em 10/11/05, por exemplo, usa a incontinência urinária como trampolim para divulgar uma técnica cirúrgica, baseada na medicina tradicional, capaz de resolver o problema de forma menos invasiva. Mostra, inclusive, o exemplo de um paciente que se submeteu à cirurgia, depois de tratamentos com acupuntura e métodos naturais sem sucesso. Em nenhum momento, a reportagem informa se a população terá acesso ao tratamento pelo SUS ou qual o custo dessa solução.

Em outra reportagem, em 19/01/06, a pílula do dia seguinte tem a sua eficácia priorizada em detrimento de contextos sociais graves, como a gravidez na adolescência e o aborto. Todos os discursos favorecem a tecnologia, mostrando a sua utilidade para as mulheres que deixam de usar contraceptivo antes da relação sexual, a eficácia em casos de violência sexual, destacando ainda que o acesso é gratuito e que não tem efeito colateral grave no organismo. A reportagem não se preocupou em alertar sobre o uso indiscriminado do medicamento, quando publica o depoimento de uma adolescente dizendo que usa rotineiramente a pílula e afirma: “Não é muito caro e não faz mal”.

Esses exemplos reforçam a preocupação de Mônica Macedo sobre a divulgação da saúde na imprensa brasileira: “Divulgar e colaborar com a educação em saúde é uma tarefa mais sutil do que pode parecer à primeira vista. Simplesmente bombardear os leitores com informações não implica na possibilidade de provocar mudanças de comportamento”⁹

Na divulgação científica feita pelo *Observatório*, a saúde teve ampla cobertura, assim como acontece na maioria dos veículos de comunicação de massa. A oferta de informações provenientes de laboratórios, indústrias farmacêuticas, universidades, centros de pesquisa, hospitais e profissionais de saúde interessados em divulgar conhecimentos, produtos e serviços, facilita o contato com os jornalistas, numa rotina oprimida pelo tempo. Entretanto, a dificuldade de comunicação com os pesquisadores locais, principalmente com UFBA, a maior instituição de pesquisa da Bahia, também favoreceu o material produzido

⁸ BUENO, Wilson A **cobertura de saúde na mídia brasileira**: sintomas de uma doença anunciada . disponível em: www.jornalismocientifico.com.br. Acesso em 3 de abril de 2007

⁹ MACEDO, Mônica *et al.* **Divulgação de saúde na imprensa brasileira**: expectativas e ações concretas. Disponível em: <http://www.jornalismocientifico.com.br>

com fontes externas e distribuído pelas agências de notícias e de centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Os estudos sobre a interface ciência e mídia apontam as relações conflituosas e desconfiadas entre jornalistas e cientistas, que dificultam a prática da divulgação científica. Bueno relaciona ainda a decodificação do discurso científico e o caráter comercial dos veículos como problemas decorrentes de rotinas diferentes, onde ao cientista interessa os processos e ao jornalista, os resultados. No processamento das informações que chegam aos jornalistas do *Observatório*, a questão do tempo influencia no contexto da produção por vários fatores. Diante da dificuldade de acesso aos pesquisadores baianos, a facilidade de contato com a fonte é um os critérios de seleção dos assuntos, o que favorece as fontes externas de centros de pesquisa que desenvolvem uma política de comunicação com a imprensa, como a USP e Unicamp. Segundo Gans, “é provável que as fontes que cooperam com os jornalistas e os tratam cordialmente sejam mais utilizadas que outras”. (GANS, apud TRAQUINA, 2005:193)

Também por conta desse acesso fácil, algumas fontes locais se tornaram regulares no conteúdo da seção, que sempre recorreu àquela entidade especialista para tratar de determinados assuntos. O tempo também impede um contato pessoal com todas as fontes, o que ocorre com frequência por causa das fontes externas e mais ainda quando as fontes são pesquisadores locais. Os jornalistas do Observatório reclamam da falta de cultura do pesquisador baiano em divulgar os seus trabalhos, mas, ao mesmo tempo, estão inseridos numa rotina produtiva que agrava o distanciamento pela falta de tempo para conciliar agendas ou mesmo tentar uma aproximação.

Mesmo sendo uma seção publicada semanalmente, os jornalistas não tem tempo de esperar uma semana para entrevistar uma fonte. Frequentemente, a pauta factual interrompe a produção do *Observatório* e os profissionais, que se dividem entre a seção e a editoria de *Cidade* e edições especiais têm que cumprir o imediatismo que a atividade impõe. O trabalho do jornalista nesta tarefa de divulgação científica também é atropelado pela falta de interesse da direção do jornal em investir numa editoria especializada, em salários atraentes e profissionais em tempo integral.

Como afirma Mourão,

“Há consenso entre os empresários, até mesmo alguns editores, que fazer jornalismo científico é caro, pois necessita tempo para pensar, pesquisar e consultar fontes diversas, já que, segundo eles, as universidades e os centros de pesquisa no Brasil não possuem uma estrutura adequada para a prestação de informação de suas atividades” (MOURÃO, apud DINIZ, 2004:73-74)

A pesquisa qualitativa realizada com os jornalistas do *Observatório* revelou que a assessoria de imprensa é um dos canais mais utilizados pelos profissionais para ter acesso às instituições de pesquisa e aos pesquisadores, assim como o farto material divulgado pelas agências de notícias. Por isso, torna-se mais fácil falar com um pesquisador da USP ou da Unicamp do que com um pesquisador da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Isso acontece não só porque o acesso ao jornalista das redações aos resultados das pesquisas pode estimular a produção de pautas de ciência e tecnologia, mas também porque, na medida em que o profissional recebe um material já decodificado, na linguagem jornalística, a compreensão do assunto é facilitada.

Considerações Finais

Ao fazer um diagnóstico das possíveis causas e dificuldades das ações de divulgação científica na Bahia, encontramos uma barreira de comunicação entre a assessoria da UFBA e os pesquisadores da instituição, resultado da falta de uma política de comunicação que dê visibilidade às suas pesquisas, financiadas pela sociedade, que tem o direito de ser informada. A assessoria, que trabalha com quatro jornalistas, incluindo o assessor de imprensa, além de fazer o atendimento diário das solicitações da imprensa, produz um boletim eletrônico – UFBA EM PAUTA- limitado a nove notícias por dia, geralmente sobre eventos, serviços, projetos da Reitoria e pouca informação sobre a produção científica.

O fluxo de informações das unidades da UFBA para a assessoria de imprensa não funciona e também não se faz o movimento inverso, no sentido de construir uma cultura de comunicação interna que convença a academia a participar desse fluxo para o público externo. Nesse contexto, a eficiência da assessoria está mais direcionada para os assuntos da Reitoria do que para a interação da universidade com os veículos de comunicação na tarefa de divulgação da ciência.

Esse cenário, aliado à lógica de mercado das empresas jornalísticas, prejudica a divulgação da pesquisa local e abre espaço para os centros de pesquisa e fontes externas, nacionais e internacionais. Na análise do Observatório, o conteúdo das agências de notícias e assessorias eficientes de comunicação de instituições como a USP foi favorecido em detrimento do contexto local. Da mesma forma, a prioridade na área de saúde deixou à margem da divulgação científica outros campos da ciência, seguindo uma estratégia empresarial que visa lucros, audiência e baixo custo com profissionais e infra-estrutura.

A falta de editoria e profissionais especializados em jornalismo científico é incompatível com a demanda de uma cobertura que necessita de tempo para ouvir várias opiniões, compreender os processos de produção e decodificar o discurso científico. Dentro de uma rotina oprimida pelo tempo, os jornalistas não tiveram a chance de consolidar o espaço, concebido muito mais por uma aposta dos profissionais do que interesse da direção do jornal. A prova disso é a desconstrução do projeto em sua proposta de divulgação científica, priorizando a audiência da saúde e reduzindo a edição semanal de duas para uma página em menos de um ano. Mais do que a facilidade de acesso, a divulgação dos conteúdos enviados pelas agências e assessorias se tornou um recurso utilizado quando o tempo não era suficiente para cumprir a *deadline*, a hora do fechamento das páginas do jornal.

O tempo também interferiu na qualidade dos textos produzidos pelos jornalistas do Observatório. Nota-se que há vontade e consciência no discurso dos profissionais em diversificar as fontes, mas a realidade da prática profissional denuncia a dificuldade de manter a qualidade dos textos e, em algumas edições, verificamos a inserção de material de agências e reportagens com uma única fonte.

Sem tempo para compreender os métodos científicos, especialmente as áreas de alta complexidade, os jornalistas não conseguem fazer uma cobertura crítica, que promova o debate e o confronto de opiniões. O tempo da redação se distancia do tempo da pesquisa e

impede o jornalista de se aproximar das fontes locais e construir um diálogo com as instituições de pesquisa, que informe à comunidade sobre os assuntos de ciência e tecnologia que a rodeia .

A experiência da seção do Jornal A Tarde traz uma discussão sobre a função social do jornalista e o entendimento de que a informação é necessária como uma prestação de contas à sociedade. Porém, esta não é uma tarefa apenas da imprensa, mas de todos os cidadãos e, principalmente da comunidade científica beneficiada com o dinheiro público em suas pesquisas.

Como afirma Leblond,

[...] o objetivo da divulgação científica não pode mais ser pensado em termos de transmissão do conhecimento científico dos especialistas para os leigos; ao contrário, seu objetivo deve ser trabalhar para que todos os membros da nossa sociedade passem a ter uma melhor compreensão, não só os resultados da pesquisa científica, mas da própria natureza da atividade científica. A perspectiva mais distante, ainda que neste momento possa parecer utópica, é mudar a ciência de forma que ela possa finalmente diluir-se na democracia. (LEBLOND, 2006:43)

A opinião de Leblond reforça a necessidade de quem produz conhecimento também ensinar e difundir, a partir de uma visão da atividade científica enquanto prática social. Também ao jornalista cabe a função de informar de modo compreensível para ajudar na formação de cidadãos críticos, conscientes do significado de cada descoberta, capaz de interferir nas decisões políticas sobre ciência e tecnologia e sua aplicação em benefício da população.

[...] La divulgación científica tiene como uno de sus objetivos hacer participe a la mayoría de los descubrimientos de la minoría, en un ejercicio plenamente democrático. .Ello nos impone a los divulgadores, seamos periodistas o no, una serie de obligaciones, .la primera de las cuales es tratar de crear una conciencia pública sobre el valor de la ciencia en nuestro tiempo (HERNANDO,2002:7)

É fato que os jornalistas contratados não são donos do espaço do jornal e estão sujeitos à imposição de uma política editorial, que nem sempre compartilha das mesmas intenções e desejos dos profissionais da redação. Mas a qualidade do seu trabalho, aliada ao interesse coletivo que advém das notícias científicas que interferem na vida do cidadão, pode influenciar em decisões editoriais, a partir de um diálogo produtivo com as instituições de pesquisa.

Acreditamos que uma política de comunicação para o público interno e externo à Universidade Federal da Bahia, a maior instituição de pesquisa do Estado, pode estimular a divulgação científica em suas diferentes unidades e ampliar a participação dos pesquisadores baianos nos jornais locais e no próprio boletim eletrônico da UFBA, que pode ser acessado de qualquer parte do mundo, mas pouco se vê sobre a produção de conhecimento baiana.

Também é necessário investir na disseminação das notícias científicas, com a atuação de assessorias de imprensa que aproximem a imprensa da academia. A inclusão da disciplina jornalismo científico nos cursos de graduação, defendida pela Associação Brasileira de Jornalismo Científico, é um suporte inicial na formação de jornalistas para este campo, inclusive na Faculdade de Comunicação da UFBA, como disciplina optativa. Mas é preciso seguir adiante e oferecer cursos de especialização para atender a um mercado de trabalho que, aos poucos, se abre para o profissional especializado.

É bem verdade que a experiência do *Observatório* durou um ano e sete meses e expôs a carência do jornalismo científico baiano, ainda cambaleante entre o improvisado editorial e a vontade dos jornalistas em pertencer a uma editoria especializada, com profissionais especializados. A Seção desapareceu das páginas do Jornal A Tarde em março de 2007, sem qualquer satisfação ou promessas de retorno para o leitor. Felizmente, na primeira semana de outubro de 2007, um caderno *Ciência&Vida* foi lançado pelo Jornal A Tarde, na edição de domingo, com oito páginas. À primeira vista, sem grandes alterações no conteúdo editorial, pelo menos nesta primeira edição. Porém, com uma nova roupagem estética, onde o *Observatório* é uma coluna de notas. A proposta, segundo texto da redação publicado na estréia, afirma: “o novo espaço, inaugurado a partir desta edição, será destinado aos que produzem conhecimento nas universidades e instituições de pesquisa, à promoção de hábitos saudáveis que possibilitem ao indivíduo conservar ou melhorar a sua saúde, aos avanços inovadores da medicina”. O novo produto do jornal, ampliado, é uma retomada importante para o jornalismo científico local, mas renasce sem delimitar as fronteiras entre ciência e pseudociência, uma preocupação para futura e instigante análise.”Daremos destaque ainda aos temas relativos ao planeta Terra, ao espaço e, por que não, às pseudociências com sua fascinante inclinação para o mistério”. O jornalista espanhol Manuel Calvo Hernando, em conferência realizada durante o Primeiro Congresso Internacional de Divulgação Científica, na USP, São Paulo, de 26 a 29 de agosto de 2002, chamou a atenção para as pseudociências que se aproximam em nome e conteúdo das ciências consagradas pela comunidade científica. Assim, diz Hernando, “la astrologia se resiste a perder su antigua identificacion con la astronomia”. Acreditamos que o caminho do caderno *Ciência&Vida* pode confundir o leitor, principalmente numa localidade como Salvador, onde crenças, religiosidade e mitos fazem parte da cultura baiana. Mas estes aspectos podem ser explorados num outro trabalho de investigação.

Referências bibliográficas

ALVES, Isidoro; TOLMASQUIM, Alfredo. **O que o brasileiro pensa da ciência e da tecnologia?** Rio de Janeiro; Brasília: Museu de Astronomia e Ciência Afins, Ministério da Ciência e da Tecnologia / CNPq, 1987. www.mct.gov.br/index.php/content/view/50875.html

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos (Coleção Ciências da Educação). Porto: Porto, 1994.

BORTOLIERO, Simone. **Os programas de saúde na TV Cultura de São Paulo:** os saberes profissionais. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo científico: resgate de uma trajetória. Comunicação da Ciência: análise e gestão.** Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004. p. 11-23.

_____. **Jornalismo científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos.** São Paulo: ECA/USP, 1988.

_____. **A cobertura de saúde na mídia brasileira: sintomas de uma doença anunciada.** Disponível em: <<http://www.jornalismocientifico.com.br>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

DINIZ, Augusto (Org.). **Comunicação da ciência: análise e gestão.** Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004. 116 p.

HERNANDO, Manuel Calvo. **La divulgación científica y los desafíos del nuevo siglo.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2002, São Paulo: USP, 26-29 ago. 2002.

_____. (1982) **Civilization Tecnológica y informacion: El periodismo científico – misiones y objetivos.** Barcelona, Editorial Mitre.

LEBLOND, Jean-Marc Lévy. **Cultura científica: impossível e necessária.** In: VOGT, Carlos. (Org.). **Cultura científica: desafios.** São Paulo: USP; Fapesp, 2006. p. 29- 43

MACEDO, Beatriz (Org.); KATZKOWICZ, Raquel. **Cultura científica: um direito de todos.** Brasília: Unesco Brasil; OREALC; MEC; MCT, 2003. p. 65-70.

MACEDO, Mônica *et al.* **Divulgação de saúde na imprensa brasileira: expectativas e ações concretas.** Disponível em: <<http://www.jornalismocientifico.com.br>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

SABBATINI, Marcelo. **Ciência e Comunicação**, v. 1, n. 1, nov. 2004.

SNOW, C. P. **As duas culturas e uma segunda leitura.** São Paulo: Edusp, 1995.

TEIXEIRA, Márcia de Oliveira; CORTES, Bianca Antunes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 1, jan./mar. 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são** (v. 1). 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

VOGT, Carlos. **Ciência, comunicação e cultura científica.** In: VOGT, Carlos (Org.). **Cultura científica: desafios.** São Paulo: Universidade de São Paulo; Fapesp, 2006. p. 19-26.

_____. **Espiral da cultura científica.** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/cultura/cultura01.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Autores Associados, 2001.